PROJETO DE LEI Nº 10
de 12 de maio de 2017

“Acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.261/2011, que dispõe sobre a concessão e regulamentação do sistema de estacionamento rotativo pago, nas vias e logradouros públicos do município.”

Art. 1º A Lei nº 5.261, de 7 de junho de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....

Art. 11

.....

§3º Comprovante da “TARIFA DE PÓS UTILIZAÇÃO” refere-se ao pagamento da regularização após aviso escrito que notifica que o veículo estacionado excedeu o tempo de tolerância sem o devido pagamento da tarifa prevista no art. 2º, colocado na parte exterior do veículo infrator, com as orientações para pagamento da sanção administrativa e com a notificação expressa das penalidades previstas no artigo 181, inciso XVII, do Código de Trânsito Brasileiro.

§4º “Tiquete” é o comprovante de tempo expedido pelo equipamento eletrônico de controle do estacionamento rotativo pago.

Art. 12. O não pagamento da “TARIFA DE PÓS UTILIZAÇÃO”, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, implicará nas penalidades previstas no artigo 181, inciso XVII, do Código de Trânsito Brasileiro.

....

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Ver. “Laurindo Ezidoro Jaqueta”, 12 de maio de 2017.

Vereador Autor **IZAIAS COLINO**
PSDB

JUSTIFICATIVA

Considerando que a Lei 5.261/2011, que dispõe sobre a concessão e regulamentação do sistema de estacionamento rotativo pago, nas vias e logradouros públicos do município e dá outras providências, possui uma pequena lacuna, no que refere a definição e utilização da “TARIFA DE PÓS UTILIZAÇÃO”, que tem causado dúvidas com relação a forma de utilização da mesma pelos usuários.

A situação acima inclusive tem gerado algumas autuações de alguns motoristas, que estão sendo punidos em razão da forma dúbia que a lei tem sido interpretada.

E para ajustar este problema proponho o presente projeto de lei, definindo o que é “TARIFA DE PÓS UTILIZAÇÃO”, evitando assim que novas punições injustas sejam aplicadas.

Acredito que o presente projeto de lei traz segurança jurídica ao usuário do estacionamento rotativo pago, evitando punições injustas ou divergentes para a mesma conduta.

Por fim, o presente projeto não altera o equilíbrio econômico do contrato licitado em vigor, com a empresa que faz o gerenciamento do estacionamento rotativo pago e auxilia na melhor orientação da conduta de usuários e fiscalizadores.

Assim, rogo ao Plenário a sua aprovação unânime.

Plenário Ver. “Laurindo Ezidoro Jaqueta”, 12 de maio de 2017.

Vereador Autor **IZAIAS COLINO**
PSDB